

## PLANO DE ENSINO

### 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

**Disciplina:** Estado, Constituição e economia

**Professora:** Gina Vidal Marcilio Pompeu

**Créditos:** 03 (três)

**Carga Horária:** 45 h/a

**E-mail:** ginapompeu@unifor.br

### 2. SÍNTESE DE CURRÍCULO

Estágio Pós-Doutoral em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, (2017), estágio pós-doutoral em direitos humanos, econômicos e a responsabilidade social das empresas pela Faculdade de Direito da Universidade do Havre (2012), Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2004), Mestrado em Direito e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Ceará (1994), graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1987). Advogada inscrita na OAB-CE sob o n. 6101. Professora Titular de Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza, Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza, Diretora de Relações Internacionais - DRI. Coordenadora do grupo de pesquisas REPEJAAL, Relações econômicas, Políticas, Jurídicas, Educacionais e Ambientais da América Latina cadastrado no CNPQ, líder do CELA, Centro de Estudos Latino-Americano da Universidade de Fortaleza. Analista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Presidente da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia <http://red-idd.com/>. Membro da Academia Cearense de Letras Jurídicas. Membro do Conselho Consultivo Externo do Centro de Pesquisa JusGov - Pós-graduação em Direito - Universidade do Minho (2022). Membro da Associação dos professores de Direito Ambiental do Brasil - APRODAB. Áreas de pesquisa: Direito constitucional, econômico, social e ambiental. ginapompeu@unifor.br. <https://orcid.org/0000-0003-0446-7452>

### 3. OBJETIVO

Examinar as relações entre Estado, Constituição e ordem econômica no constitucionalismo contemporâneo, analisando os fundamentos teóricos, políticos e jurídicos da organização econômica constitucional, o papel do Estado na regulação da economia e os impactos das transformações econômicas sobre os direitos fundamentais, a democracia e a justiça social. A disciplina busca desenvolver reflexão crítica e capacidade de pesquisa avançada acerca das tensões entre mercado, intervenção estatal, desenvolvimento econômico e efetividade constitucional, no contexto do Estado Democrático de Direito.

#### 4. EMENTA

A disciplina trata da origem do Estado e suas acepções de Maquiavel aos nossos dias. Examina os teóricos do absolutismo, posteriormente, aqueles contrários ao absolutismo, verifica a formação dos elementos básicos do Estado: população, território e poder de mando. Analisa a defesa da legalidade e da isonomia, para em seguida investigar sobre o desenvolvimento do constitucionalismo e o ingresso e defesa dos direitos sociais nos textos constitucionais. Nesse contexto, pondera-se sobre a relação entre igualdade e liberdade. Inicialmente buscar desconstruir a relação de antagonismo entre liberdade e igualdade, que se sedimentou no decorrer do sec. XIX. Posteriormente, estuda o conceito de liberdade como realização do ser. A partir deste conceito material de liberdade, a disciplina verifica a relação complementar entre liberdade e igualdade, quando ressalta a relevância da justa oportunidade para a igual liberdade. Ao final, conclui que a justa oportunidade, por meio da efetivação dos direitos sociais, como bens comuns, assim como do acesso ao emprego e à renda possibilitam efetivo sentimento de equidade, fundamental à estabilidade democrática. Investiga o contraste entre crescimento econômico e desenvolvimento humano. Os textos escolhidos indicam que a formação do capital humano possibilita a superação do descompasso entre oferta e demanda, assim como o distanciamento da efetivação do direito social à educação interrompe o desenvolvimento econômico. Por intermédio de pesquisa teórica e bibliográfica sobre o Estado desejado (mínimo, regulador, interventor) verifica-se que para a sustentabilidade das estruturas sociais, e para a manutenção da população emancipada, liberdade não pode ser contraposta à igualdade, mas por ela informada.

#### 5. PROGRAMA

	<b>CONTEÚDO DAS AULAS</b>	<b>DATA</b>
1	O Estado em seus elementos: população, território, soberania e poder de mando, fundamentação doutrinária;	
2	Sistemas econômicos e a participação do Estado na Economia;	
3	Principiologia do Direito Constitucional Econômico;	
4	A ordem social e a ordem econômica no constitucionalismo brasileiro;	
5	O Estado brasileiro e sua intervenção na Economia;	

6	Eficiência econômica versus inconstitucionalidade normativa e instabilidade jurídica;	
7	Democracia eleitoral, e capitalismo periférico;	
8	Os instrumentos jurídicos de contenção do poder econômico;	
9	Da democracia política à democracia econômica;	
10	Responsabilidade Social das Empresas;	
11	Formação do capital social;	
12	Acesso ao crédito e desenvolvimento humano;	
13	Globalização econômica: desenvolvimento local e global;	
14	Neoliberalismo e Neossocialismo na América do Sul;	
15	Estado, Constituição e Economia na América Latina.	

## 6. METODOLOGIA:

As aulas serão expositivas, dialogadas, apoiadas em dinâmicas de grupo e em consultas à doutrina e sites especializados, textos disponíveis na biblioteca ou indicados pela professora. Estudo de casos, debates, formação de grupos de estudos no início do semestre para aprofundamento de temas específicos do conteúdo programático. Indicação de temas para pesquisas e apresentação dos resultados em forma de artigo, com defesa oral em seminário no final da disciplina. Apoio de data show, unifor-online: Chat: grupos de discussão webaula para disponibilização de textos e tarefas, projeção de filmes nas salas de vídeo e de multimeios, xerox. Para maior rentabilidade, eficácia e enriquecimento, os acadêmicos deverão, semanal e previamente, realizar leituras sistemáticas da doutrina constante da bibliografia.

## 7. AVALIAÇÃO

Os mestrandos e doutorandos serão avaliados mediante participação semanal em sala de aula com a entrega de resumos das pesquisas e textos pré-determinados. Estes vão compor os respectivos portfólios. A nota final será deferida diante da entrega de artigo científico, escrito conforme os padrões normativos da ABNT, e devidamente defendido oralmente. Esse artigo conterá a temática abordada na disciplina, referências aos autores estudados e deverá apresentar padrão de qualidade que permita o envio e publicação em revista nacional ou estrangeira. A parceria da publicação com a Professora da disciplina

será possível, desde que o trabalho se dê em conjunto, sob sua orientação, revisão, correção e elaboração, em comum acordo.

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva: Malheiros, 2008.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A economia política do baixo crescimento: um prometeu acorrentado pela Constituição. Revista de informação legislativa, Brasília, ano 45, nº 179, p. 9-24, jul/set, 2008.

AMARAL JUNIOR, Alberto. Introdução ao Direito Internacional Público. São Paulo: Atlas, 2008.

AMARAL, Gustavo. Direito, escassez & escolhas: critérios jurídicos para lidar com a escassez de recursos e as decisões trágicas. 2ed., Rio de Janeiro; Lumen Juris, 2010.

ANDI. INSTITUTO AIRTON SENNA e UNICEF. Serie mídia e mobilização social. Vol 4. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

ARAUJO, Fernando. Adam Smith - O Conceito Mecanicista de Liberdade. Lisboa: Almedina. 2001.

ARAUJO, Fernando. Análise Econômica do Direito. Lisboa: Almedina. 2008

ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ÁVILA, Humberto. Ativismo judicial e direito tributário in Grandes questões atuais do direito tributário. 15 volume/ coordenador Valdir de Oliveira Rocha. São Paulo: Dialética, 2011.

ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2003.

BARROSO, Luís Roberto. A ordem econômica constitucional e os limites à atuação estatal no controle de preços. Revista Diálogo Jurídico, Salvador, CAJ - Centro de Atualização Jurídica, n. 14, p.01-28, jun/ago. 2002. Disponível em: <[http://www.direitopublico.com.br/pdf\\_14/DIALOGO-JURIDICO-14-JUNHO-AGOSTO-2002-LUIS-ROBERTO-BARROSO.pdf](http://www.direitopublico.com.br/pdf_14/DIALOGO-JURIDICO-14-JUNHO-AGOSTO-2002-LUIS-ROBERTO-BARROSO.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2013.

BASTOS, Celso Ribeiro. Hermenêutica e interpretação constitucional, 2ªed. rev. e ampl. São Paulo: Celso Bastos Editor: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, vol.1, 2ª ed., 2001.

BEDIN, Gilmar Antonio. Os direitos do homem e o neoliberalismo. 3ª Ed. Ijuí: Unijuí, 2002.

BERCOVICI, Gilberto; MASSONETO, Luís Fernando. A constituição dirigente invertida: a blindagem da constituição financeira e a agonia da constituição econômica. In Boletim de Ciências Econômicas, v. XLIX, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006.

BERCOVICI, Gilberto. Política econômica e direito econômico. Pensar: Revista do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Universidade de Fortaleza, v. 16, n. 2, p.562-588, jul/dez. 2011. Disponível em:  
<[http://www.unifor.br/images/pdfs/Pensar/v16n2\\_artigo6.pdf](http://www.unifor.br/images/pdfs/Pensar/v16n2_artigo6.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2013.

BERNARDES JÚNIOR, José Alcione. O controle jurisdicional do processo legislativo. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

BOBBIO, Norberto. Entre duas Repúblicas: às origens da democracia italiana. Tradução de Mabel Malheiros Bellati. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia; trad. de Marco Aurélio Nogueira. 9ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BOBBIO, Norberto et. al. Dicionário de política; trad. de Carmem Varriale, et. al. Vol I. 5ª edição, São Paulo: Imprensa Oficial e Editora UnB, 2004.

BONAVIDES, Paulo. Do estado liberal ao estado social. 4.ed., RJ: Forense, 1980.

BRAGA, Sergio; MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. “Cuba e a Indivisibilidade dos Direitos Humanos”. In. Anais do XXI Congresso Nacional do CONPEDI — Niterói, 2012.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Estatística do eleitorado.

Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-grau-de-instrucao>> Acesso em 3 agos 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Novo desenvolvimento e ortodoxia convencional. In Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio. Eli Diniz (org.) Rio de Janeiro: FGV, 2007. P.63-96.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. 2006. Disponível em:<<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 3 agos. 2012.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 6ª ed., Coimbra: Almedina, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999.

CHAVES, Juliana de Castro. A racionalidade do trabalho no capitalismo tardio. Disponível em <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais VENABRAPSO /632.%20a%20 racionalidade %20do%20trabalho%20no%20capitalismo%20tardio.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais%20VENABRAPSO/632.%20a%20racionalidade%20do%20trabalho%20no%20capitalismo%20tardio.pdf)>

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CONI, Luís Cláudio. A internacionalização do poder constituinte. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006.

CHOMSKY, Noam. O lucro ou as pessoas?: Liberalismo e ordem global. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CIA. Central Intelligence Agency. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>> Acesso em: 04 jun 2013.

COUTO, Hugo Rangel. La teoria economica y el derecho. México: Porrúa, 1979.

CRAFTS, Nicholas; TONIOLO, Gianni. Economic growth in Europe since 1945. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DAHL, Robert A. Sobre a democracia; trad. de Beatriz Sidou. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

DELMAS-MARTY, Mireille. Três Desafios para um direito Mundial, Rio de Janeiro: Lumen Juris. Tradução de Fauzi Hassan Choukr, 2003.

ELY, John Hart. Democracia y desconfianza: una teoría del control constitucional. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad de los Andes, Facultad de Derecho, 1997.

ELY, John Hart. Democracy and judicial review. In: ELY, J. H. On constitutional ground. Princeton, New Jersey: Princeton University, 1996, p. 06-18.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional, 34ªed., São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

FERREIRA, Sérgio. Direito da regulamentação econômica: a experiência brasileira. In: Globalização e direito. Boletim da faculdade de direito da universidade de Coimbra. Coimbra: Editora Coimbra, 2003.

FIORI, José Luís. Estado, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, José Luís. Estados e moedas e desenvolvimento das nações. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 49-86.

FORSTATER, Mathew. Livro das grandes ideias: economia. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

FRIEDMAN, Thomas L. The world is flat. A brief history of the twenty-first century. New York: Picador, 2007.

FUKUYAMA, Francis. Construção de Estados: governo e organização mundial no século XXI. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de Direito do Trabalho. 5 ed. Forense: São Paulo, 2011.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987.

GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica. 11ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

GUEDES, Néviton. Órgão técnicos subtraem a competência do Congresso. <<http://www.conjur.com.br/2013-mai-16>. acesso em 17.05.2013>.

GUERRA, Sidney, MERÇON, Gustavo. Direito constitucional aplicado à função legislativa. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2008.

GUERRERO, Manuel Medina. La vinculacion negativa del legislador a los derechos fundamentales. Madrid: Estudios de Ciencias jurídicas, 1996.

GÜNTHER, Klaus. ¿Impera el derecho sobre la política? (apresentação ao debate Habermas —Dworkin). La Política, n. 04, out. 1998.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)pensando a pesquisa jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre faticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. I e II.

HAYEK, Friedrich August Von. O Caminho da Servidão. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HELLER, Herman. Teoria del estado. Tradução de Luis Tobio. México: Fondo de Cultura Econômica, 2002.

HESSE, Konrad. A força normativa da constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Ed. Sérgio Antônio Fabris, 1991.

HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEYNES, John Maynard. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda (General theory of employment, interest and money). Tradução de Mário Ribeiro da Cruz. São Paulo: Atlas, 1992.

KLIKSBERG, Bernardo. América Latina: uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em:  
<<http://bib.praxis.ufsc.br:8080/xmlui/bitstream/handle/praxis/485/america%20latina%20em%20risco.pdf?sequence=1>> Acesso em: 4 jun 2013.

KOTZUR, Markus e HÄBERLE, Peter. De la soberania al derecho constitucional común: palabras clave para um diálogo europeu-latinoamericano. trad: Héctor Fix-Fierro. Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2003.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

LASSALLE, Ferdinand. Essência da Constituição. 8. ed. Curitiba: Lúmen Júris. 2008.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da America do Sul. Tradução Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LOCKE, J. Dois tratados sobre o governo. Trad. Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. A reconstrução europeia do pós-II guerra e a nova ordem econômica internacional. Cadernos da FACECA, Campinas, v. 10, n. 1, p. 90-103, jan/jun. 2001.

MAUS, Ingeborg. O direito e a política. Teoria da democracia. Tradução: Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. 11 ed, São Paulo: Unesp, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade. São Paulo: Celso Bastos Editor; Publicação do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 2ªed., 1999.

MISES, Ludwig von. As seis lições. Tradução de Maria Luiza Borges. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

MOFFITT, Michael. O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat Baron de. O espírito das leis. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MOREIRA Luiz. Judicialização da política no Brasil: A substituição da legitimidade do sistema político pela aristocracia do sistema de justiça revela o grande paradoxo em que vivemos. Fonte: Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 2012.

MÜLLER, Fridrich. Quem é o povo?: a questão fundamental da democracia. São Paulo: Max Limonad, 1998.

NAÍM, Moisés. Washington consensus or Washington confusion?. Foreign Policy, nº 118, 2000, p. 86-103.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Teoria Geral do Direito do Trabalho. LTr: São Paulo, 1998.

NEVES, Marcelo. Do pluralismo jurídico à miscelânea social: o problema da falta de identidade da(s) esfera(s) de juridicidade na modernidade periférica e suas implicações na América Latina. Direito em debate, Ijuí, Unijuí, v. 01, n. 01, 1991

NUNES, António José Avelãs. Neoliberalismo e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

NUNES, António José Avelãs. As duas últimas máscaras do estado capitalista. Pensar: Revista do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Universidade de Fortaleza, v. 16, n. 2, p.409-476, jul/dez. 2011. Disponível em: <[http://www.unifor.br/images/pdfs/Pensar/v16n2\\_artigo2.pdf](http://www.unifor.br/images/pdfs/Pensar/v16n2_artigo2.pdf) >. Acesso em: 20 nov. 2013.

NUSSBAUM, Martha C. Creating Capabilities. The Human development Approach. 2015

ONU. PNUD. La democracia em América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos 2004. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/spanish/issues/democracy/costarica/docs/PNUD-seminario.pdf>.> Acesso em: 03 set 2013.

ONU. PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em:  
<[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2013](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013).  
Acesso em: 10 mai. 2013.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O banco mundial como ator político, intelectual e financeiro: 1944-2008. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PIOVESAN, Flavia. Direitos humanos e Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva, 7ªed., 2006.

POMPEU, Gina Marcílio. Direito à educação: controle social e exigibilidade judicial. Fortaleza: ABC, 2005.

POMPEU, Gina M. O retorno do Estado-Nação na geografia da mundialização. In POMPEU, Gina M. (org) Atores do desenvolvimento econômico e social do século XXI, Fortaleza: Unifor, 2009, p.129-150.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; CARVALHO, Nathalie de Paula. O direito ao desenvolvimento econômico e social por meio da responsabilidade social das empresas: uma relação com a revolução francesa. In: POMPEU, Randal Martins; POMPEU, Gina Vidal Marcílio; GUILLEMETTE, Leda Rouquayrol (Org.). Relações franco-brasileiras: parceria necessária. São Paulo: Conceito Editorial, 2011. p. 145-165.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio. La Costituzione alla prova della crisi finanziaria mondiale: La dimensione internazionale della crisi finanziaria e i suoni riflessi sul piano delle istituzioni di cooperazione sovranazionale e sui rapporti tra queste e gli ordinamenti nazionali. Fortaleza: Unifor, 2012.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; VIANA, Sarah Araújo. Do liberalismo global ao neossocialismo na América Latina: um estudo de caso da República Bolivariana da Venezuela. Disponível em: <[www.conpedi.org.br/anais\\_saopaulo.html](http://www.conpedi.org.br/anais_saopaulo.html)> Acesso em: 04 set 2013.

PORT, Otavio Henrique Martins. Os direitos sociais e econômicos e a discricionariedade da Administração Pública. São Paulo: RDC editora, 2005.

REICH, Robert Bernard. Supercapitalismo: como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano. São Paulo: Campus, 2007.

RIBEIRO, João Daniel T. A crise financeira internacional e seus reflexos na política macroeconômica do Brasil. Disponível em: < [http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1050/1/2010\\_Jo%C3%A3oDanielTisiRibeiro.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1050/1/2010_Jo%C3%A3oDanielTisiRibeiro.pdf) > Acesso em 3 agos 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 5ªed., Porto Alegre: Livraria do advogado, 2005.

SARMENTO, Daniel. “Reserva do possível e mínimo existencial”. In: Comentários à Constituição Federal de 1988. Coordenadores: BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

SCAFF, Fernando. A constituição econômica brasileira em seus 15 anos. Boletim de ciências econômicas XVI. Coimbra: Julho de 2003.

SCHIMITT, Carl. O Guardião da constituição. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SCHMITT, Carl. O guardião da constituição (Der Hüter der Verfassung). Tradução de Geraldo Luiz de Carvalho Neto. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961

SCHWABE, Jürgen. Cinquenta anos de jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão. Tradução: beatriz Henning et. Al. Berlin: Konrad Adenauer Stiftung, 2005.

● SELTZER, C. et al. Métodos de pesquisas nas relações sociais. São Paulo: EPU, 1974.

▲ SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

▶ ● SIÉYÈS, Emmanuel. A constituição burguesa. Qu'est-ce que Le tiers état? Tradução de Norma Azevedo e organização de Aurélio Wander Bastos. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

SMITH, Adam. Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações. Tradução de Norberto de Paula Lima. São Paulo: Hemus, 2008.

TAVARES, André Ramos. Direito constitucional econômico. São Paulo: Método, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América: leis e costumes. Tradução de Eduardo Brandão. Livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VERONESE, Alexandre. “Art.6º. In: Comentários à Constituição Federal de 1988. Coordenadores: BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

VILLA, Marco Antonio. Sociedade e história do Brasil: da abertura democrática à nova república. Brasília: Instituto Teotônio Vilela/ Senado Federal, 2001. v. XIV.

WEISS, Carlos. Direitos Humanos Contemporâneos. São Paulo: Malheiros, 2ªed., 2010.

WILLIAMSON, Jonh. Reformas políticas na América Latina na década de 80. Revista de economia política. v. 12, nº1, p. 43-49, jan-mar, 1992.

YUNUS, Muhammad, Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo/Muhammad Yunus; com Karl Weber: (Tradução Juliana A. Saad e Henrique Amar Rego Monteiro). São Paulo: Ática, 2008.

### Sites pesquisados:

<http://www.cebr.com/>

<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>

<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/AnaisXVENABRAPSO/632.%20a%20racionalidade%20do%20trabalho%20no%20capitalismo%20tardio.pdf>

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/brasil-ocupa-84-posicao-entre-187-paises-no-idh-2011.html>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://portugues.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2012> >

[http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1050/1/2010\\_Jo%C3%A3oDanielTisiRibeiro.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1050/1/2010_Jo%C3%A3oDanielTisiRibeiro.pdf)

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1083760-leia-integra-do-discurso-de-dilma-pelo-dia-do-trabalho.shtml>.>

<http://www.doingbusiness.org/~media/fpdkm/doing%20business/documents/profiles/country/BRA.pdf>>.

<http://www.manpowergroup.com/>>

<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>. Acesso em 16 ago 2013.

<http://www.pnud.org.br/ODM7.aspx>. Acesso em 16 ago.2013.

NUNES, Antônio José Avelãs. Os sistemas econômicos. Coimbra: Almedina, 1994.

----- Neoliberalismo e direitos humanos. Lisboa: Editora Caminho, 2003.

----- Noção e objeto da economia política. Coimbra: Almedina.2006.

----- Ricardo e Marx : dois economistas comprometidos — continuidade e rotura. Separata de estudos jurídicos e econômicos em homenagem ao Prof. Doutor Antônio de Sousa Franco. Coimbra : Coimbra Editora. 2006.

..... Uma volta ao mundo das idéias econômicas: será a economia uma ciência?  
Coimbra: Almedina, 2008.

PEIXOTO, João Paulo M. (Org.). Globalização, política e economia: aspectos comparados. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999. (Coleção Pensamento Social-Democrata).

PINHEIRO, Armando Castelar e SADDI, Jairo. Direito, economia e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio. Direito à educação — controle social e exigibilidade judicial. Fortaleza: ABC Editora, 2005.

..... Temas antigos, problemas atuais: liberais x igualdade e o direito positivo, como garantir um patamar mínimo de igualdade, base da democracia. In: Pensar. Revista do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza. v. 11. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2006. p. 100-107.

RAND, Ayn. Return of the primitive: anti-industrial revolution. USA: A Meridian Book, 1998.

RAWLS, John. O Direito dos povos. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

..... Uma teoria da Justiça. Tradução de Almino Pietta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

REICH, Robert. Supercapitalism. The transformation of business, democracy, and everyday life. New York: Alfred A. Knopf. 2007.

RIBEIRO, Renato Janine. A República. São Paulo: Publifolha, 2001.

RITZER, George. The globalization of nothing 2. Califórnia: Pine Forge Press. 2007.

RUSSEL, Bertrand. Caminhos para a liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SCAFF, Fernando Facury. A constituição econômica brasileira em seus 15 anos. Separata do Boletim de Ciências Econômicas. Coimbra: Gráfica Coimbra. 2003.

SCAFF, Fernando Facury e MAUÉS, Antonio G. Moreira. Justiça constitucional e tributação. São Paulo: Dialética, 2005.

SINGER, Paul. O que é economia. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2005.

SMITH, Adam. Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations. Traduction de Germain Garnier. Paris: Flammarion. 1991.

SOUZA, Jessé (Org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SEN, Amartya. Sobre ética e economia. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_, Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOLA, Juan Vicente. Constitución y economía — 1ª ed. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 2004.

STRECK, Lenio Luiz e MORAIS, José Luis Bolsan de. Ciência política e teoria do estado. 5. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

\_\_\_\_\_. Verdade e consenso — Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

TAVARES, André Ramos. Direito constitucional econômico. 2. ed. Bela Vista: Método, 2006.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In \_\_\_\_\_, FIORI, José Luís (org). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. p.27-53.

TENDLER, Judith. Bom governo nos trópicos — Uma visão crítica. Tradução de Maria Cristina Cupertino. Rio de Janeiro: Revan, Brasília: ENAP, 1998

VALENTIN, Vincent. Lês conceptions neo-liberales du droit. Paris: Economica. 2002.

WEBER, Max. Ciência e política — duas vocações. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2005.

WEFFORT, Francisco C. Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.

YUNUS, Muhammad. Creating a world without poverty: social business and the future of capitalism. New York: Public Affairs. 2007.